

**CURRÍCULO E DOCÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO
DOS NOVOS RECURSOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE
SÃO PAULO E A AUTONOMIA DO DOCENTE**

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Coordenadoria de Fomento à Pesquisa - Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação

Nayara da Silva Paula ¹
Apoio: PIVIC Mackenzie

Marili Moreira da Silva Vieira ²

CEFT ¹
PPGEAHC/CEFT ²

<emailnayara.paula@mackenzista.com.br>
<email.marili.vieira@mackenzie.br>

RESUMO

Este projeto de iniciação científica investiga a relação entre currículo e docência na rede estadual de ensino de São Paulo, com foco na autonomia docente diante da adoção de materiais pedagógicos pré-elaborados e aulas digitalizadas. A pesquisa parte da questão: o que indicam as produções acadêmicas recentes sobre os impactos dessas práticas na atuação e liberdade pedagógica dos professores? O objetivo é analisar produções acadêmicas de universidades do estado de São Paulo acerca da relação entre currículo e docência, com ênfase na autonomia docente frente ao uso de materiais didáticos padronizados nas redes estaduais. A metodologia adotada consiste no levantamento dessas produções no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A fundamentação teórica inclui autores como Sacristán (2000), Morosini, Santos e Bittencourt (2025), Contreras (2012) e Pérez Gómez (1998). Os resultados indicam que, embora os materiais digitais padronizados busquem uniformizar e elevar a qualidade do ensino, tendem a restringir a autonomia docente ao impor um modelo técnico e prescritivo que pode desvalorizar o saber pedagógico. Essa dinâmica cria tensões entre controle e liberdade, técnica e ética, impactando a práxis educativa. Conclui-se que a valorização da autonomia e da experiência docente é essencial para uma educação crítica, reflexiva e contextualizada, capaz de formar sujeitos conscientes e participativos.

Palavras-chave: Currículo; Trabalho docente; Materiais Didáticos; Autonomia Docente.

ABSTRACT

This scientific initiation project investigates the relationship between curriculum and teaching in the state school system of São Paulo, focusing on teacher autonomy in the face of the adoption of pre-prepared pedagogical materials and digitalized lessons. The research is guided by the question: What do recent academic works indicate about the impacts of these practices on teachers' professional performance and pedagogical freedom? The aim is to analyze academic works from universities in the state of São Paulo regarding the relationship between curriculum and teaching, with an emphasis on teacher autonomy in the use of standardized teaching materials in state schools. The methodology consists of surveying these works in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The theoretical framework includes authors such as Sacristán (2000), Morosini, Santos and Bittencourt (2025), Contreras (2012), and Pérez Gómez (1998). The results indicate that, although standardized digital materials aim to unify and improve the quality of education, they tend to restrict teacher autonomy by imposing a technical and prescriptive model that may devalue pedagogical knowledge. This dynamic creates tensions between control and freedom, technique and ethics, affecting educational praxis. It is concluded that valuing teacher autonomy and experience is essential for a critical, reflective, and contextualized education, capable of forming conscious and participatory individuals.

Keywords: Curriculum; Teaching; Teaching Materials; Teacher Autonomy.

1. INTRODUÇÃO

Diante de um cenário educacional em constante transformação, marcado por reformas curriculares, avanços tecnológicos e novas demandas sociais, refletir criticamente sobre o currículo e a docência revela-se uma necessidade premente. Essa discussão adquire centralidade na medida em que o currículo, compreendido como uma construção social, histórica e política, apresenta-se como um campo multidimensional, envolvendo saberes, práticas, valores e disputas simbólicas. Assim, elementos como a qualidade do ensino, os recursos pedagógicos adotados e, sobretudo, a atuação do professor — enquanto sujeito ativo no processo educativo — configuram-se como aspectos fundamentais que incidem diretamente sobre as experiências formativas vivenciadas no ambiente escolar.

Este estudo teve como objetivo analisar as produções acadêmicas recentes, de universidades do estado de São Paulo, acerca da relação entre currículo e docência, com foco especial na autonomia docente frente à adoção de materiais didáticos pré-elaborados nas redes estaduais de ensino de São Paulo. O intuito central desta investigação foi apurar, por meio da análise das produções acadêmicas, a relação entre currículo e docência no que tange ao uso de aulas prontas pelos professores da rede estadual paulista.

A partir do levantamento, como objetivo específico, construímos uma reflexão crítica acerca das transformações recentes no sistema educacional paulista, suscitando uma análise aprofundada sobre o papel do docente no processo pedagógico. Tal reflexão ilumina as mudanças apresentadas sob o discurso da modernização e da qualidade educacional, as quais, na prática, impactam diretamente a autonomia pedagógica dos professores. Este fenômeno evidencia um campo de tensões entre controle e liberdade, prescrição e criatividade, técnica e ética, que exige um exame cuidadoso para compreender suas implicações na práxis educativa.

Esta investigação caracteriza-se como um estudo qualitativo e bibliográfico, dedicado à análise crítica do estado do conhecimento sobre currículo e docência em cenários marcados pela padronização curricular, utilizando como referencial metodológico autores pertinentes a discussão.

A análise detalhada das teses e dissertações possibilitou a identificação de padrões discursivos e tensões subjacentes presentes no debate contemporâneo sobre

currículo e docência. Assim, a investigação não se limita à descrição dos fatos e das publicações, mas, conforme Morosini, Santo e Bittencourt (2025), busca interpretar criticamente as implicações das reformas educacionais para a prática pedagógica e para a construção de um currículo que promova efetivamente a formação crítica dos sujeitos. Trata-se, portanto, de um esforço de compreensão e síntese, e não apenas de levantamento.

Ao evidenciar as tensões entre prescrição e autonomia, técnica e ética, controle e emancipação, busca-se fomentar uma reflexão crítica e consciente sobre o papel do currículo na organização da prática pedagógica. Afinal, a educação permanece sendo uma das principais ferramentas de promoção da dignidade humana, da justiça social e da equidade, especialmente em um estado como São Paulo, o mais populoso e economicamente influente do país, cuja política educacional impacta diretamente milhões de vidas.

Sacristán (2000) destaca um dos principais referenciais na compreensão do currículo como um campo de disputa simbólica, que reflete valores, ideologias e interesses diversos. Para o autor, o currículo configura-se como um artefato político que estrutura o conhecimento a ser transmitido, ao mesmo tempo em que delimita e exclui determinados saberes, revelando, assim, as tensões e conflitos presentes na organização do processo educativo.

Outro autor fundamental para esta análise é Contreras (2012), que investiga o processo de desautonomia docente diante das reformas educacionais e das estratégias políticas de responsabilização individual. Para o autor, a proletarianização do trabalho docente se concretiza quando o professor perde sua capacidade de tomada de decisão pedagógica, sendo reduzido a um executor técnico subordinado a orientações externas.

A literatura contemporânea enfatiza a urgência de práticas curriculares que transcendem a tradicional cultura da perfectibilidade e da adesão acrítica às normas institucionalizadas, valorizando a autonomia e o profissionalismo docente como pilares fundamentais para a consolidação de uma educação verdadeiramente crítica e emancipatória. Nesse contexto, Moreira (2012) destaca a necessidade imperativa de romper com modelos rígidos, promovendo um exercício reflexivo e autônomo da prática pedagógica.

Paralelamente, Roldão e Almeida (2018) argumentam que o currículo deve ser

compreendido como uma articulação dialética entre uma base comum nacional, que assegura princípios mínimos, e a autonomia das instituições escolares para adaptar-se às especificidades dos contextos locais. Essa perspectiva é corroborada por diversos autores que sustentam a presente investigação, ao enfatizar o currículo não apenas como um documento formal, mas como um processo social complexo, dinâmico e passível de contínuas negociações entre os atores educacionais, especialmente no que tange à atuação docente.

O currículo escolar exerce um papel estruturante e imprescindível na promoção da qualidade educacional, transcendendo a simples organização e sequenciamento dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula. Como construção social complexa e multifacetada, o currículo deve responder às demandas dinâmicas e plurais da sociedade, articulando dimensões sociais, econômicas, culturais e ideológicas de modo contextualizado e crítico.

Segundo Roldão e Almeida (2018), o currículo deve ser compreendido como um binômio que equilibra dois polos fundamentais: os referenciais curriculares obrigatórios em âmbito nacional, garantindo a equidade e a coesão do sistema educacional; e a autonomia das instituições escolares para a adequação, reelaboração e contextualização desses conteúdos, respeitando as particularidades regionais e culturais, bem como as necessidades específicas dos alunos. Dessa forma, a flexibilidade curricular emerge como estratégia essencial para assegurar a relevância social do ensino e promover práticas pedagógicas que sejam fruto da autonomia docente no processo de interação para a aprendizagem do aluno.

Torna-se, portanto, imprescindível compreender o currículo como um sistema orgânico, amplo e dinâmico, que exige uma base comum nacional para garantir coesão e equidade, mas que simultaneamente contempla as especificidades e demandas singulares de cada contexto escolar. Outro aspecto refere-se ao papel central dos professores na materialização do currículo, para a formação das futuras gerações, com destaque para sua participação ativa no desenvolvimento curricular e na definição das metodologias de ensino (Young, 2014).

Conforme Veiga (2002, p. 7), o currículo pressupõe a sistematização dos meios para que essa construção se efetive, englobando a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los. Assim, produção, transmissão e assimilação configuram processos que compõem a metodologia de construção coletiva

do conhecimento escolar, definindo o currículo em sua essência.

Pérez Gómez (1998) analisa a intersecção entre as teorias psicológicas da aprendizagem e sua aplicação na prática pedagógica, com especial atenção à dimensão didática. O autor enfatiza que uma das finalidades centrais da educação consiste na intervenção crítica e consciente nos mecanismos de socialização das novas gerações, compreendendo-os como processos fundamentais na formação de sujeitos.

O autor ressalta que, embora as teorias psicológicas da aprendizagem forneçam fundamentos valiosos para a construção de estratégias didáticas, sua aplicação não deve ocorrer de forma automática ou descolada da realidade educacional. É preciso reconhecer a complexidade dos contextos escolares e a mediação ativa do professor como elemento essencial na tradução dos saberes científicos em práticas pedagógicas significativas.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

Ao problematizar a aplicação direta das teorias da aprendizagem à prática pedagógica, adota-se uma abordagem mais contextualizada e crítica, que reconhece a complexidade dos ambientes educativos. A transposição do conhecimento teórico para a ação docente exige não apenas domínio conceitual do conteúdo a ser ensinado, mas, sobretudo, uma postura reflexiva e sensível às especificidades do contexto escolar e dos alunos que irão aprender.

Nesse sentido, é imperativo que os professores desenvolvam a capacidade de interpretar, adaptar e ressignificar os aportes teóricos à luz das demandas concretas de suas turmas e das singularidades de seus alunos. A prática pedagógica não pode ser reduzida à mera aplicação de modelos pré-estabelecidos; ela deve ser construída a partir de uma escuta ativa e de uma leitura atenta da realidade, reconhecendo os múltiplos fatores — sociais, culturais, afetivos e institucionais — que atravessam o cotidiano escolar.

Isso levanta a questão fundamental da autonomia docente na contextualização e implementação do currículo escolar, sobretudo em redes públicas de ensino, nas quais os currículos, as avaliações e os objetivos educacionais frequentemente são pré-estabelecidos por diretrizes e materiais oficiais. Nessa conjuntura, os professores frequentemente veem-se cerceados em sua capacidade de decisão, perdendo o controle sobre a organização e a condução de sua prática pedagógica.

Tal situação suscita um debate relevante, no qual diversos autores e profissionais da educação enfatizam a necessidade premente de reconhecer e valorizar a autonomia do docente como elemento central para a efetivação de uma educação crítica, democrática e contextualizada. A ampliação dessa autonomia não apenas fortalece a identidade profissional dos professores, mas também potencializa a adequação do ensino às demandas específicas dos contextos escolares e das singularidades dos estudantes.

Moreira (2012, p. 28) destaca que “o desenvolvimento de práticas curriculares que reflitam análise, crítica, adaptação e mesmo superação de políticas oficiais precisa apoiar-se na revalorização e no fortalecimento do profissionalismo docente, ao invés de na cultura da performatividade”. Essa reflexão evidencia a necessidade de resgatar e consolidar a autonomia da ação dos professores como condição imprescindível no processo de implementação curricular. Ao contrário de uma lógica pautada na ideia do professor como mero executor de políticas, pressionado por alcance de resultados imediatos.

Essas reflexões ressaltam o papel fundamental do docente na construção e transposição e materialização do currículo, suscitando importantes questionamentos acerca de sua posição e protagonismo no desenvolvimento do trabalho pedagógico. No contexto educacional contemporâneo, observa-se que o papel dos professores frequentemente é subestimado, sendo reduzidos a meros transmissores de conteúdos pré-estabelecidos.

Roldão e Almeida (2018) destacam que a concepção de ensinar como mera transmissão de conhecimento tornou-se obsoleta e insuficiente, demandando uma atuação docente mais complexa, multifacetada e crítica, capaz de articular o conhecimento técnico, pedagógico e contextual para fomentar processos de aprendizagem significativos e emancipatórios. Portanto, para que os professores possam efetivamente promover uma educação significativa e contextualizada, a garantia da autonomia docente é condição *sine qua non*.

Contudo, essa autonomia tem sido progressivamente cerceada, primeiramente pelo predomínio do uso sistematizado de apostilas há mais de uma década e, mais recentemente, pela adoção massiva dos slides como recurso pedagógico padronizado. Tal padronização, ao impor limites rígidos à liberdade do docente na construção e na adaptação de suas aulas, compromete a capacidade crítica e criativa do professor,

reduzindo-o a um executor passivo de materiais pré-formatados e, conseqüentemente, restringindo a qualidade e a profundidade do processo de ensino-aprendizagem.

A partir desses conceitos, partiu-se para um levantamento sistemático no banco digital de teses e dissertações (BDTD). Como descritores, foram elencados e inseridos os seguintes termos: “(Todos os campos:**Currículo** E Todos os campos:**trabalho docente** E Todos os campos:**autonomia docente**)”. Também adotou-se um recorte temporal de 2019 a 2024. Ao todo, foram recuperados 592 trabalhos. Contudo, nosso objetivo era de examinar os trabalhos nas principais universidades de São Paulo. Assim aplicamos o filtro por instituição. O Quadro 1 revela o número de trabalhos recuperados com esses filtros.

Diante da pergunta de pesquisa e do objetivo que tínhamos, a partir de uma leitura flutuante dos títulos, resumos e palavras-chave, filtramos apenas os trabalhos que tratavam das escolas da rede Estadual de São Paulo e na sequência, foram eliminados os trabalhos que tratavam de temáticas muito específicas relacionadas a disciplinas ou regiões muito delimitadas, que fugiam à discussão aqui proposta.

Quadro 1 Número de trabalhos por instituição

Programas e Universidades	Levantamento inicial	Trabalhos eliminados
USP	8	8
UFSCar	10	10
UNESP	18	16
UNIFESP	9	8
UNICAMP	4	4
PUC-SP	9	9
UPM	1	1
UNINOVE	1	1
UNITAU	3	3
USCS	2	2
Metodista	1	1
TOTAL	66	63

Fonte: a autora, a partir da BDTD- IBICT

Portanto, a seleção final contemplou três produções acadêmicas – uma tese e duas dissertações – que investigam diretamente os impactos das reformas educacionais na prática docente, elencadas no **Quadro 1**, a seguir apresenta o levantamento selecionado. Os critérios de escolha consideraram a pertinência temática, a profundidade analítica e a relevância teórica dos trabalhos, garantindo suporte consistente para a fundamentação da pesquisa.

Quadro 2 Levantamento de Teses e Dissertações - BDTD

Título	Autor	Tipo	Instituição	Ano
As pesquisas sobre trabalho docente no Estado de São Paulo: análise das teses e dissertações (1996 a 2018)	Nathalia de Assis Silva	Dissertação	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2020
Intervenção pedagógica frente à nova reforma do ensino médio no estado de São Paulo ocorrida a partir de 2021	Camilla Maysa Caires Boaretto	Dissertação	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2023
Reformas educacionais na rede estadual paulista: da gestão democrática ao líder gerencial	Luís Renato Silva Maldonado	Tese	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	2024

Fonte: a autora.

A análise detalhada de cada trabalho possibilitou a identificação de elementos centrais e corroboraram com os autores que sustentam a base teórica desta pesquisa de Iniciação Científica. De igual modo, demonstrou a relevância da pergunta de pesquisa, a saber: o que indicam as pesquisas sobre currículo e docência em relação ao uso de aulas prontas por parte dos professores?

A primeira produção examinada foi o artigo de Nathalia de Assis Silva, desenvolvida na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 2020, intitulada “As pesquisas sobre o trabalho docente no estado de São Paulo: análise das teses e dissertações de 1996 a 2018”. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, que constroi um Estado de Conhecimento que mapeia e sistematiza a produção acadêmica voltada ao trabalho docente no recorte temporal proposto, revelando tendências investigativas, lacunas teóricas e enfoques recorrentes na abordagem das práticas pedagógicas em tempos de intensificação das reformas educacionais.

O objetivo central de Silva (2020) é mapear a produção acadêmica sobre o trabalho docente na rede estadual paulista entre os anos de 1996 e 2018, a fim de compreender como essas pesquisas caracterizam os impactos das reformas educacionais sobre a prática profissional dos professores.

A autora destaca que, a partir da década de 1990, o campo educacional brasileiro passou a ser orientado por diretrizes de natureza neoliberal, cujas consequências se refletiram de forma significativa na organização do trabalho docente. Especificamente no estado de São Paulo, tais reformas materializaram-se em políticas educacionais

centralizadoras, responsáveis pela intensificação da carga de trabalho dos professores e pela progressiva restrição de sua autonomia no processo de construção curricular.

Silva (2020) argumenta que essas reformas não apenas reorganizaram a estrutura das práticas pedagógicas, mas também ampliaram os dispositivos de controle e responsabilização sobre os profissionais da educação, reduzindo sua capacidade de decisão e intervenção autônoma. O mapeamento apresentado no artigo oferece uma importante base para a análise crítica das políticas educacionais implantadas ao longo desse período, revelando as tensões entre as exigências institucionais e a prática docente cotidiana.

A autora mapeou e analisou 134 produções acadêmicas, dissertações e teses provenientes dos programas de pós-graduação em educação de instituições como USP, Unicamp, Unesp e PUC-SP. Sua metodologia possibilitou a identificação de padrões e tendências na produção acadêmica acerca do trabalho docente, evidenciando os principais efeitos das reformas educacionais sobre os professores da rede estadual paulista. O intervalo entre 2004 e 2016 destacou-se como o mais expressivo em termos de volume de estudos, refletindo o aprofundamento das políticas neoliberais na educação pública.

A análise das produções acadêmicas realizada por Silva (2020) indica que a maior parte das pesquisas concentra-se na atuação do professor em sala de aula, sem aprofundar as dimensões mais amplas que envolvem o trabalho docente. Essa constatação evidencia uma lacuna na literatura, sugerindo a necessidade de estudos longitudinais e quantitativos capazes de investigar as mudanças estruturais decorrentes das reformas educacionais e seus efeitos sobre a profissão docente em âmbito nacional.

Em suma, a pesquisa de Silva (2020) contribui significativamente para a compreensão dos efeitos das reformas educacionais neoliberais sobre o trabalho docente na rede estadual paulista, evidenciando como a padronização e o controle impactaram negativamente a autonomia e as condições laborais dos professores. Ao destacar essas transformações, o estudo aponta para a urgência de repensar as políticas educacionais, valorizando práticas que promovam a participação ativa dos docentes e a construção coletiva de uma educação mais democrática e humanizada.

A segunda produção analisada é a dissertação de Camilla Maysa Caires Boaretto, apresentada à UNESP em 2023, que tem por título “Intervenção pedagógica

frente à nova reforma do Ensino Médio no estado de São Paulo ocorrida a partir de 2021”. A pesquisa focaliza os impactos da reestruturação curricular proposta pela reforma, especialmente no que se refere à atuação dos docentes diante da imposição de materiais e metodologias padronizadas, problematizando os limites e possibilidades da intervenção pedagógica em contextos de profunda transformação normativa.

Boaretto (2023) propõe uma intervenção pedagógica no material didático oficial da rede estadual paulista, com ênfase na disciplina “Cultura e Movimento: Ressignificando o Povo Brasileiro”. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem freiriana de educação, valorizando o diálogo, a autonomia docente e a humanização do processo de ensino-aprendizagem. A partir dessa perspectiva, Boaretto problematiza a BNCC do Ensino Médio e propõe adaptações no material estruturado pelo estado de São Paulo, com o objetivo de promover uma relação mais horizontal entre professores e estudantes, aproximando o conteúdo escolar da realidade vivida pelos alunos.

A reforma do Ensino Médio no estado de São Paulo, oficialmente vinculada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi implementada sob o discurso da modernização e da adaptação às demandas do século XXI. O novo modelo curricular estrutura-se em torno da formação geral básica e dos itinerários formativos, que possibilitam aos estudantes a escolha de um percurso de aprofundamento conforme seu projeto de vida. Conforme a EFAPE (2020), os itinerários formativos correspondem ao “conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outros, ministrados pelos professores, que os estudantes poderão escolher no ensino médio” (Goulart; Soares, 2021, p. 22).

Segundo a autora, essa reformulação foi apresentada como um avanço na autonomia estudantil, prometendo tornar a escola mais atrativa e conectada ao projeto de vida dos alunos, além de direcioná-los ao mercado de trabalho. No entanto, Boaretto destaca que essa transformação gerou amplos debates no meio educacional, especialmente no que tange às implicações pedagógicas e à efetiva autonomia dos docentes na aplicação desse novo modelo curricular.

Diante desse cenário, Boaretto (2023) formula a seguinte problemática: como construir uma intervenção pedagógica no contexto da reforma do Ensino Médio? Além disso, busca investigar quais seriam as influências da pós-graduação na elaboração de uma sequência didática. O objetivo central da pesquisa foi desenvolver uma intervenção no ensino de Ciências Humanas, adotando uma abordagem freiriana que valorize o

pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes.

Por fim, a análise contempla a tese de Luís Renato Silva Maldonado, defendida na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) em 2024, intitulada “Reformas educacionais na rede estadual paulista: da gestão democrática ao líder gerencial”. O autor propõe uma leitura crítica das mudanças estruturais na gestão educacional paulista, evidenciando a transição de um modelo pautado na gestão democrática para uma lógica tecnocrática e empresarial, que reconfigura as relações de poder na escola e impõe novas racionalidades ao trabalho docente, especialmente no que diz respeito ao currículo e à autonomia profissional.

A pesquisa tem como objetivo central analisar a construção da concepção de gestão escolar no estado de São Paulo, com ênfase no papel da direção escolar, no contexto das reformas educacionais realizadas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (Seduc-SP) entre 2007 e 2023. A hipótese sustentada é que essas reformas introduzem e aprofundam dispositivos gerencialistas, alinhados aos princípios da Nova Gestão Pública (New Public Management – NGP), promovendo maior controle sobre o currículo e o trabalho docente, com o intuito de monitorar a ação pedagógica e padronizar os resultados educacionais.

A tese fundamenta-se nos referenciais teóricos da Sociologia da Educação e emprega a análise documental como método principal de investigação. Foram examinadas fontes primárias, incluindo leis, decretos, resoluções e regulamentos relativos à gestão escolar no período em análise, bem como fontes secundárias obtidas por meio de revisão bibliográfica sobre administração escolar e gestão educacional.

A pesquisa qualitativa foi complementada por um estudo de campo que compreendeu a realização de dez entrevistas semiestruturadas com diretores e diretoras de escolas vinculadas a uma Diretoria de Ensino da cidade de São Paulo. Além disso, o estudo incorporou um estágio científico avançado de doutorado na Universidade de Valência, Espanha, realizado por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), com financiamento da CAPES.

A análise desenvolvida na tese indica que as reformas educacionais implementadas pela Seduc-SP intensificaram a incorporação de dispositivos próprios da Nova Gestão Pública (NGP), fortalecendo o controle administrativo sobre a gestão escolar. Esse processo manifestou-se por meio de uma hiperburocratização das práticas

gerenciais, caracterizada pela denominada “gestão do passo a passo”, e pela consolidação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e plataformas digitais como instrumentos de controle e regulação algorítmica das rotinas escolares.

O estudo identifica que as reformas educacionais foram concebidas a partir de uma lógica mercantil, incorporando princípios gerencialistas que visam à melhoria da produtividade, ao estabelecimento de metas, à responsabilização dos docentes e à utilização de mecanismos de performatividade baseados em avaliações comparativas. Para fundamentar essa análise, o autor recorre a Stephen Ball (2014), que destaca a performatividade e a gestão de dados estruturados como elementos centrais desse modelo reformista.

A pesquisa destaca que o estado de São Paulo tem funcionado como um laboratório para a implementação e disseminação dos princípios da Nova Gestão Pública (NGP) no Brasil, influenciando a adoção de práticas similares em outras unidades federativas. Essa dinâmica aproxima a escola da lógica empresarial e submete o serviço público às regras e mecanismos do mercado. A tese também discute a reestruturação produtiva e as mudanças no papel do Estado, evidenciando como as reformas educacionais brasileiras, com destaque para o contexto paulista, são influenciadas pelas transformações econômicas globais iniciadas na década de 1970.

O estudo evidencia que as reformas implementadas pela Seduc-SP exerceram impacto substancial sobre a atuação dos diretores escolares, que passaram a ser concebidos como líderes gerenciais responsáveis pela implementação das políticas reformistas e pela obtenção dos resultados educacionais previstos. Nesse contexto, a gestão escolar transitou de uma prática autônoma e orientada à comunidade para uma gestão prescritiva e dirigida pela Secretaria, com ênfase na responsabilização e no cumprimento rigoroso de metas estabelecidas.

O autor problematiza os efeitos das reformas na autonomia pedagógica e na gestão democrática das instituições escolares, ressaltando que a transformação dos diretores escolares em gerentes administrativos implica a restrição das possibilidades de desenvolvimento de propostas pedagógicas autônomas. Ademais, a padronização curricular e a implementação de avaliações externas baseadas no desempenho resultaram no enfraquecimento da autonomia docente, distanciando os professores dos processos decisórios e limitando sua participação na formulação das políticas

educacionais.

Embora o número de produções selecionadas seja limitado, a tese e dissertações analisadas constituem um corpus significativo e coerente, fornecendo uma base teórica e empírica robusta para a investigação. As obras permitiram aprofundar a compreensão sobre os desafios e contradições que permeiam a implementação de novos recursos pedagógicos no estado de São Paulo, sobretudo em um contexto de reformas curriculares marcadas por padronizações e prescrições. Destaca-se, em especial, a inclusão da dissertação desenvolvida na UNESP, que abrange o período de 1996 a 2018, pela sua relevância para a construção de um panorama histórico mais amplo, indispensável para contextualizar as transformações recentes e para compreender as continuidades e rupturas nas políticas educacionais voltadas ao trabalho docente.

Boto et al (2020) apontam que o modelo curricular orientado por resultados, predominante nas últimas três décadas, contribuiu para o empobrecimento da qualidade da aprendizagem. A imposição de metas e a centralidade das avaliações externas passaram a regular o funcionamento das escolas públicas, com foco em indicadores quantitativos e rendimento escolar. Em vez de promover uma educação voltada ao desenvolvimento humano, esse modelo reduziu a prática pedagógica à mera transmissão e memorização de conteúdos, com ênfase excessiva na aplicação de testes padronizados — comprometendo, assim, a complexidade do processo de ensino-aprendizagem.

Esses impactos evidenciam um movimento de transformação estrutural no ensino público paulista, no qual a valorização da profissão docente e a autonomia pedagógica são progressivamente substituídas por um modelo de gestão orientado à padronização e à lógica mercadológica. Conforme apontam Barbosa e Fernandes (2016), essa dinâmica amplia o controle sobre o trabalho dos professores por meio da adoção de avaliações externas, centralização curricular e políticas de bonificação, reforçando um processo de regulação institucional.

Nesse sentido, Contreras (2012) destaca que a proletarianização do corpo docente se intensifica, resultando na deterioração das condições de trabalho e na perda do reconhecimento social da profissão, o que compromete a qualidade e a equidade do ensino público. A tese de Maldonado corrobora essa perspectiva ao evidenciar que a padronização curricular e a introdução de avaliações externas baseadas em desempenho desempenharam papel central no enfraquecimento da autonomia docente. Segundo o autor, tais medidas afastaram os professores dos processos decisórios e restringiram sua

participação na formulação de políticas educacionais, consolidando um modelo de ensino mais rígido e tecnicista.

Ademais, Maldonado ressalta que a transformação da direção escolar em instrumento de regulação da prática docente constitui um dos principais efeitos das reformas educacionais, resultando na intensificação do controle sobre o trabalho dos professores. Essa alteração reduziu significativamente as possibilidades de construção de uma escola verdadeiramente democrática e participativa, na qual os docentes possam exercer um papel ativo na definição dos rumos pedagógicos da instituição. Dessa forma, as políticas reformistas não apenas impuseram um ensino mais padronizado, como também limitaram substancialmente a capacidade dos professores de atuar de maneira crítica e autônoma no âmbito escolar.

Silva (2020) ressalta que para Ball (2005, p. 544), ao analisar as reformas educacionais de orientação neoliberal em diferentes contextos internacionais, “o gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos”. Essa reflexão evidencia uma mudança paradigmática nas políticas educacionais contemporâneas, nas quais as práticas escolares deixam de ser pautadas por princípios ético-pedagógicos e passam a ser orientadas por uma lógica gerencialista centrada na eficiência, no controle e na competitividade.

Nesse cenário, o trabalho docente passa a ser concebido como uma atividade multifacetada, que ultrapassa o espaço da sala de aula e incorpora dimensões pedagógicas, administrativas e institucionais. Nesse sentido, Silva (2020) retoma a análise de Oliveira (2004, p. 1132), ao afirmar que “o trabalho docente não se restringe à atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação”. Essa ampliação das atribuições docentes revela uma redefinição das expectativas em relação à profissão, exigindo que os educadores assumam responsabilidades cada vez mais complexas e diversificadas no contexto escolar contemporâneo.

Maldonado sustenta que as reformas educacionais implementadas nas últimas décadas promoveram a inserção e aprofundamento de dispositivos gerencialistas, em consonância com os princípios da Nova Gestão Pública (NGP). Essas reformas visaram intensificar o controle sobre o currículo e o trabalho docente, com o intuito de monitorar

a ação pedagógica e padronizar os resultados educacionais. O autor demonstra que tais políticas foram concebidas sob uma lógica mercantil, incorporando mecanismos típicos do gerencialismo, como a definição de metas, a responsabilização individual dos professores e a adoção de instrumentos de performatividade baseados em avaliações externas e comparativas.

Para reforçar essa análise, Maldonado recorre a Stephen Ball (2014), que identifica a performatividade e a gestão orientada por dados estruturados como elementos centrais do modelo reformista neoliberal. Tais dispositivos não se limitam à mensuração do desempenho discente, mas também operam como ferramentas de avaliação da eficácia docente e do impacto das políticas públicas, instaurando uma cultura de responsabilização que desloca o foco da educação para a lógica da produtividade e do controle.

Silva (2020) compartilha da análise crítica acerca dos efeitos das reformas educacionais neoliberais, também recorrendo a Ball (2005) para evidenciar como a lógica da performatividade e do controle gerencial foi incorporada ao sistema educacional paulista. A autora demonstra que as políticas implementadas entre 1996 e 2018 promoveram uma reorganização do trabalho docente marcada pela centralização das decisões e pela padronização dos processos pedagógicos, resultando em uma significativa redução da autonomia profissional e na intensificação da precarização docente.

Nesse contexto, Silva articula sua argumentação ao pensamento de Tardif (2005, p. 38), ao afirmar que "o trabalho docente não consiste apenas em cumprir ou executar uma tarefa, mas é também a atividade de pessoas que não podem trabalhar sem dar um sentido ao que fazem [...]". Essa perspectiva reforça a compreensão do exercício docente como uma prática intencional e contextualizada, que se constitui a partir da relação entre o sujeito e o ambiente no qual atua. Assim, ao restringir a autonomia e impor modelos pedagógicos padronizados, as reformas não apenas reconfiguram as condições de trabalho, mas também esvaziam o sentido atribuído pelos docentes à sua prática, afetando diretamente sua realização profissional e a qualidade do processo educativo.

3. CONCLUSÃO

A defesa da autonomia docente é pilar central dessas pesquisas. Ao assumir o papel de produtor de seus próprios referenciais curriculares, o professor pode adaptar os

conteúdos e metodologias às necessidades específicas de seus alunos e ao contexto social no qual está inserido. Nesse mesmo sentido, Boaretto reforça que o docente deve ter liberdade para contextualizar o currículo, promovendo um ensino que ultrapasse a mera reprodução de informações e estimule aprendizagens significativas.

Esse princípio dialoga diretamente com as contribuições de Sacristán, para quem o conhecimento escolar é o núcleo central dos estudos curriculares. Segundo o autor, “a construção de uma escola democrática pressupõe esse reconhecimento, uma vez que uma escola sem conhecimentos culturais é uma proposta não apenas irreal, mas também descomprometida” (Sacristán, 2007, p. 19). Dessa forma, a valorização da autonomia docente e do conhecimento escolar aparece como condição fundamental para o desenvolvimento de currículos mais contextualizados, democráticos e socialmente comprometidos.

No entanto, Boaretto (2023) destaca os debates educacionais em torno das implicações pedagógicas e da autonomia docente frente à implementação do novo modelo. A dissertação conclui que a reforma do ensino médio paulista está fortemente alicerçada em uma lógica mercantil, voltada prioritariamente para a adaptação dos jovens ao mercado de trabalho, em detrimento da construção de uma educação crítica e transformadora. Reforça-se, assim, a defesa de um ensino como espaço de reflexão, diálogo e transformação social — e não apenas como instrumento de preparação para a inserção profissional.

As pesquisas de Silva (2020) e Maldonado (2024) corroboram o que teóricos como Ball, Freire e Sacristán destacam sobre essas transformações terem vindo acompanhadas da intensificação das demandas burocráticas, da redução salarial e da perda de direitos trabalhistas, fatores que comprometem a qualidade do ensino e desmotivam os educadores. Por outro lado, a resistência de professores — enfatizada Boaretto (2023) — aponta para a necessidade urgente de revalorização da autonomia docente e de um currículo mais flexível, capaz de se alinhar às realidades locais.

Diante desse cenário, é urgente repensar as políticas educacionais vigentes, superando modelos tecnocráticos e gerencialistas que reduzem o papel do professor a mero executor de diretrizes padronizadas. Para garantir uma educação verdadeiramente transformadora, é necessário valorizar a autonomia docente, reconhecer os saberes construídos na prática cotidiana e fomentar currículos que dialoguem com as realidades locais. Promover uma escola democrática implica respeitar a diversidade, estimular a

reflexão crítica e fortalecer o protagonismo dos educadores como agentes intelectuais e sociais. Somente assim será possível construir um ensino que vá além da lógica da performatividade, promovendo aprendizagens significativas e comprometidas com a emancipação humana.

Este estudo partiu da premissa de que o currículo e a docência são construções sociais, históricas e políticas fundamentais para a qualidade da educação pública, especialmente diante das transformações recentes marcadas por reformas curriculares, avanços tecnológicos e novas demandas sociais. O objetivo central foi analisar criticamente como as políticas educacionais e o uso de materiais pedagógicos — especialmente o modelo de aulas digitalizadas e padronizadas — impactam a autonomia docente, as práticas pedagógicas e, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem na rede pública estadual de São Paulo.

Ao longo da investigação, ficou claro que as reformas educacionais e a introdução de recursos digitais padronizados trouxeram desafios significativos para o trabalho dos professores, limitando sua liberdade para adaptar o currículo às especificidades de suas turmas e reduzindo o papel ativo do docente como mediador e criador no processo educativo. Essas mudanças, permeadas por uma lógica gerencialista e de controle, reforçam uma educação voltada para resultados padronizados, muitas vezes em detrimento da formação crítica, reflexiva e emancipatória dos estudantes — aspectos essenciais para a construção de sujeitos autônomos e conscientes.

Por outro lado, as análises evidenciaram também a resistência e criatividade dos educadores, que buscam tensionar as imposições do sistema para resgatar a humanização, o diálogo e a contextualização no ensino, conforme apontam teorias pedagógicas fundamentadas em Paulo Freire e outras referências críticas. Essa resistência sinaliza a necessidade urgente de repensar as políticas públicas e o modelo curricular, de modo que valorizem efetivamente a autonomia docente e promovam um ambiente escolar democrático, plural e inclusivo.

Além de responder à pergunta inicial, o estudo revelou caminhos promissores para aprofundamentos futuros. Entre eles, destaca-se a necessidade de investigar mais diretamente as percepções dos professores sobre o uso das aulas digitalizadas e seus impactos na motivação, na relação com os estudantes e nos resultados de aprendizagem. Também seria fundamental ampliar a análise para incluir a voz dos alunos, compreendendo como eles experienciam essa modalidade de ensino e quais são seus

reais efeitos em contextos sociais diversos. Por fim, pesquisas que explorem alternativas de formação docente e políticas que integrem as tecnologias digitais de forma crítica e flexível podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e humanizadas.

Em síntese, este trabalho reafirma que a qualidade da educação pública não pode ser medida apenas por indicadores numéricos e avaliações padronizadas, mas sim pela capacidade de formar sujeitos críticos, autônomos e socialmente engajados. Para isso, é imprescindível garantir aos professores condições reais de atuação, valorizando sua experiência, autonomia e criatividade. Somente assim a escola poderá cumprir seu papel transformador e emancipatório na sociedade contemporânea. Cabe aos profissionais da educação, estudantes e pesquisadores manterem ativa essa discussão, reconhecendo que tais temas são de relevância incontestável e urgência crescente na realidade educacional atual, marcada por complexidades sociais, tecnológicas e culturais.

4. REFERÊNCIAS

- BALL, S. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.34, n. 126, p. 539-64, set./dez. 2005.
- BALL, S. J. Educação Global S.A. *Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BARBOSA, A.; DA SILVA FERNANDES, M. J. *O piso salarial em São Paulo - Desvalorização dos professores. Retratos da Escola*, [S. l.], v. 10, n. 18, 2016. DOI: 10.22420/rde.v10i18.662. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/662> . Acesso em: 6 ago. 2025.
- BOARETTO, Camilla Maysa Caires. *Intervenção pedagógica frente à nova reforma do ensino médio no estado de São Paulo ocorrida a partir de 2021*. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/243152>
- BOTO, Carlota et al. *A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios*. . Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587047119> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/564 Acesso em 6 agosto. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.
- CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

GOULART, D. C.; SOARES, R. O currículo paulista etapa ensino médio: educação pública, interesses empresariais e implicações. *Pensata: Revista dos alunos do PPG em Ciências Sociais da UNIFESP*, 10, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/12618> . Acesso em 06/08/2024.

hooks, bel. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KRAWCZYK, PORELLI... [et al.] Nora; ZAN, Dirce (Org.). *A Reforma do Ensino Médio em São Paulo: A continuidade do projeto neoliberal*. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.195 p. ebook. ISBN 978-85-8054-491-6.- 1. ed. - Belo Horizonte, Fino Traço, 195 p., 2022.Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/noticias/professoras-da-faculdade-de-educacao-da-unicamp-organizam-livro-oriundo-de-pesquisa-sobre> . Acesso em 06/08/2024.

MALDONADO, Luís Renato Silva. *Reformas educacionais na rede estadual paulista: da gestão democrática ao líder gerencial*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Unifesp, Guarulhos, 2024.Disponível em: <https://hdl.handle.net/11600/71406> .

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *Em busca da autonomia docente nas práticas curriculares*. In: Revista Teias, v.12, n.27, p.27-46, jan./abril., 2012.

OLIVEIRA, D. A.. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 89, p. 1127–1144, set. 2004.Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZjpjVcJnsSFdrM3F/> Acesso em 06/08/2025.

ROLDÃO, M. C. & ALMEIDA, S. DE. *Gestão curricular para a autonomia das Escolas e Professores*. Lisboa: Ministério da Educação. Direção-Geral da Educação (DGE), 2018.

SACRISTÁN, J.G. *Compreender e transformar o ensino* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SILVA, Nathália de Assis. *As pesquisas sobre trabalho docente no Estado de São Paulo: análise das teses e dissertações (1996 a 2018)*.Dissertação (Mestrado em Educação Escolar – FCLAR), Universidade Estadual Paulista, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/b7326ec3-8a54-4068-85fa-96a6c663e156>. Acesso em 06/08/2025.

TARDIF, M. *O trabalho docente*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Cad. CEDES*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, Dec. 2003. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cH67BM9yWB8tPfXjVz6cKSH/?format=pdf&lang=pt>.

YOUNG, M. F. D. Teoria do Currículo: O que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa* v.44, n.151, p.190-202 jan./mar. 2014.